



Vital do Rêgo (E) e Odair Cunha, diante dos integrantes da CPI, dizem que a prorrogação permitirá discussão do relatório

José Cruz/Agência Senado

CPI do Cachoeira deve ser prorrogada por 48 dias

Leitura em Plenário hoje pode confirmar o prazo pedido oficialmente ontem por parlamentares da base aliada. Oposição, que defende extensão por mais

seis meses, aponta "pizza" e "rolo compressor" do governo para encerrar investigações sobre relações de contraventor com políticos e empresários. **3**

JORNAL DO SENADO

www.senado.leg.br/jornal

Ano XVIII — Nº 3.768 — Brasília, quinta-feira, 1º de novembro de 2012



Senado aprova inclusão de crime cibernético no Código Penal

Waldemir Barreto/Agência Senado



Eduardo Braga (C) conversa com Aloysio Nunes Ferreira na sessão em que se aprovou projeto sobre crimes cibernéticos

Projeto, que agora volta para a Câmara dos Deputados, tipifica como crime a invasão de computadores para obtenção de dados sigilosos ou violação de e-mail, que passaria a ser punida com até dois anos de prisão

O Plenário do Senado aprovou ontem o projeto de lei que tipifica como crime a invasão de computadores. Atualmente, o Código Penal não prevê esse tipo de crime. Quem invade um computador para, por exemplo, capturar fotos pessoais ou cometer fraudes bancárias acaba sendo enquadrado em artigos da lei que não

tratam especificamente do meio eletrônico. De acordo com o senador Eduardo Braga, relator da proposta, esse tipo de ação criminosa é uma das grandes preocupações dos brasileiros, que utilizam a internet cada vez mais. Como recebeu emendas no Senado, a iniciativa voltará a ser analisada pela Câmara dos Deputados. **7**

Empresas em área carente podem ter prioridade em financiamento 5

Projeto que pode reduzir inchaço de presídios vai ao Plenário 6

Falta de pessoal emperra nova delegacia da mulher no DF 8

Hospital do Coração Londrina



Segue para a Câmara projeto sobre atendimento de emergência a torcedores, como a UTI móvel em evento de Londrina

Senado aprova UTI móvel em estádio

A Comissão de Assuntos Sociais aprovou, em decisão terminativa, proposta que obriga promotores de competições esportivas a manter pelo menos uma ambulância

equipada com UTI para cada 10 mil pessoas presentes ao evento. Atualmente, o Estatuto do Torcedor estabelece apenas a obrigatoriedade de ambulâncias comuns. **8**



Pedro Franco/Agência Senado

Sarney ouve o ministro Benjamin Zymler durante a entrega do documento

TCU sugere paralisação de 22 obras por irregularidade

Tribunal de Contas da União entregou ontem ao Congresso relatório de fiscalização que aponta indícios de irregularidades

graves em 124 das 200 obras investigadas em 2012. Comissão Mista de Orçamento pode decidir suspender recursos. **2**

FPE e royalties são prioridades até dezembro, diz Sarney 7

No próximo ano, arrecadação adicional pode ser de R\$ 23,8 bi 7



Cedraz (E) e Zymler (D), ministros do TCU, entregam o documento de fiscalização a Marco Maia e José Sarney

Relatório do TCU propõe paralisação de 22 obras

Correções sugeridas ao Congresso podem gerar benefícios de até R\$ 2,5 bilhões aos cofres públicos, segundo ministro do tribunal

O TRIBUNAL DE Contas da União (TCU) entregou ontem ao Congresso o Relatório de Fiscalização de Obras de 2012 (Fiscobras 2012), que recomenda paralisação de 22 obras. Das 200 obras fiscalizadas este ano, 124 apresentam indícios de irregularidades graves, como superfaturamento e vícios em contrato. As correções podem gerar benefícios de até R\$ 2,5 bilhões aos cofres públicos, segundo o relator do Fiscobras 2012, ministro do TCU Aroldo Cedraz.

O documento — que serve como subsídio para análise da distribuição de recursos orçamentários para 2013 pela Comissão Mista de Orçamento (CMO) — foi entregue ao presidente do Senado, José Sarney, e ao presidente da Câmara dos Deputados, Marco Maia, pelo presidente do TCU, Benjamin Zymler, e por Cedraz. A CMO pode suspender o repasse de verbas até que as irregularidades sejam sanadas. — O Fiscobras é um dos trabalhos mais importantes

Lista negra do TCU	
Das 124 obras com indícios de irregularidades graves, 22 têm recomendação de paralisação, e o Congresso pode bloquear recursos preventivamente.	
AL	• Obras de esgotamento sanitário em Pilar • Canal do Sertão • Drenagem no Tabuleiro dos Martins, em Maceió
AM	• Construção de terminais portuários (pelo PAC) em: • Alvarães; • Anamá; • Anori. • Obras do terminal fluvial de Barcelos
BA	• Construção da Ferrovia Oeste-Leste, trecho Caetité—Barreiras (PAC)
GO	• Construção de trecho rodoviário Uruaçu—São Miguel do Araguaia na BR-080 (PAC)
MG	• Construção da BR-440 — Ligação entre a BR-267 e a BR-040 (PAC)
PA	• Obras de abastecimento de água em Augusto Corrêa (PAC) • Construção de trechos rodoviários no Corredor Oeste-Norte/ BR-163, na divisa MT-PA e em Santarém (PAC)
PE	• Construção da Refinaria Abreu e Lima, em Recife
PI	• Av. Marginal Leste — Controle de enchentes do Rio Poty, em Teresina
RJ	• Construção das tubovias do Comperj
RS	• BR-116 — Melhoria de capacidade incluindo duplicação (PAC) • BR-448 — Implantação e pavimentação (PAC)
SP	• Drenagem nas bacias dos córregos Canela e Borá, São José do Rio Preto (PAC) • Conclusão das obras do Complexo Viário Baquirivu, em Guarulhos
TO	• Ferrovia Norte-Sul (PAC) • Construção de ponte sobre o Rio Araguaia na rodovia BR-153, ligando as cidades de Xambioá (TO) a São Geraldo do Araguaia (PA) • Construção da barragem do Rio Arraias, em Arraias

Fonte: TCU

do TCU e uma parceria com o Congresso — disse Zymler. O presidente do TCU explicou que a recomendação de paralisação é uma medida extrema e não ocorre quando a obra está em estágio avançado.

Avanço da gestão
Para Zymler, é motivo de orgulho perceber que as recomendações de paralisação vêm diminuindo. Em 2011, foram 26 obras, e esse número já chegou a cerca de 100, quan-

do o TCU começou a fazer fiscalização anual específica de obras públicas, em 1996. — Os gestores estão seguindo as recomendações do TCU e é possível perceber um avanço da gestão pública ao longo dos anos — registrou Zymler. Cedraz lembrou que o Congresso é que faz o julgamento político da paralisação das obras. Ele elogiou a iniciativa do Senado e da Câmara de realizarem audiências sobre gestão e obras públicas.

Senado debaterá a valorização da infância

“O desenvolvimento integral da criança: teoria e prática” será o tema da 5ª *Semana de Valorização da Primeira Infância e Cultura da Paz*, que será realizada entre 6 e 8 de novembro no Senado. As atividades acontecerão nos Auditórios Petrônio Portella e do Interlegis. O senador Pedro Simon (PMDB-RS) fará a apresentação no primeiro dia dos debates. No segundo dia, a tarefa caberá ao senador Rodrigo Rollemberg (PSB-DF). Palestra do pediatra e neonatologista Laurista Corrêa Filho, com formação pela Universidade

de Paris V, abrirá a semana. Entre os conferencistas, estão os professores Maurice Berger, diretor do Serviço de Psiquiatria Infantil e do Adolescente do Centro Hospitalar Universitário de Saint-Etienne, na França; Jaqueline Wendland, professora de Psicopatologia da Perinatalidade na Universidade Paris Descartes; Claudia Siqueira, especializada em educação infantil; Dirce Barroso França, mestre em Psicologia Clínica pela Universidade de Brasília (UnB); Gabrielle Bocchese da Cunha, pediatra do Programa de Atendimento a Bebês Ex-

postos a Substâncias Químicas do Hospital Materno-Infantil Presidente Vargas, de Porto Alegre; e Jairo Werner, mestre em Educação pela Universidade Federal Fluminense (UFF). No dia 8, a valorização da primeira infância será discutida em audiência pública nas Comissões de Educação, Cultura e Esporte e de Direitos Humanos e Legislação Participativa. Informações sobre a semana e sobre como se inscrever podem ser encontradas no endereço www.senado.leg.br/senado/programas/infanciaepaz.

Aprovada indicação de general para ministro do Superior Tribunal Militar

O Plenário aprovou ontem a indicação do general do Exército Lúcio Mário de Barros Góes para o cargo de ministro do Superior Tribunal Militar. A indicação agora vai para a Presidência da República. Mais cedo, em sabatina na Comissão de Constituição e Justiça, ele afirmou que o direito do ser humano de não ser torturado é “absoluto”. Quanto ao terrorismo, concordou com sua tipificação

como crime, hipótese analisada pela comissão especial que revisa o Código Penal. Sobre a possibilidade de substituição da privação de liberdade por penas alternativas no regulamento disciplinar do Exército, ele crê que a medida poderá ser admitida, já que a instituição está em transformação. Ele defendeu a atualização do Código Penal Militar e do Código de Processo Penal Militar.



Ao lado de Eunício Oliveira, o general Lúcio Mário Góes é ouvido em sabatina

Plenário confirma nomes de novos embaixadores para Líbano e Namíbia

O Senado aprovou ontem as indicações de dois embaixadores. Affonso Emílio de Alencastro Masot, indicado para o Líbano, foi aprovado por 53 votos a 6. E Ana Maria Sampaio Fernandes, indicada para a Namíbia, teve 49 votos favoráveis e 4 contrários. Ambos foram sabatinados

na Comissão de Relações Exteriores (CRE) em 18 de outubro. Na ocasião, Masot destacou que há, no Brasil, quase 10 milhões de descendentes de libaneses. E Ana Maria lembrou que a Namíbia pode se tornar membro observador da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa.

ADIAMENTO

Por motivos técnicos, os pronunciamentos de senadores realizados no Plenário após a ordem do dia de ontem serão publicados na próxima edição do **Jornal do Senado**.

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaSenado>



- ▶ **PLENÁRIO: Sessão para discursos**
14h Sem votação de projetos, a sessão é não deliberativa, destina-se a pronunciamentos de senadores.
- ▶ **CRA: Venda ilegal de agrotóxicos**
8h30 A Comissão de Agricultura e Reforma Agrária reúne-se para examinar, entre outros itens, projeto que altera a legislação para criminalizar a venda ilegal de agrotóxicos e condutas correlatas.
- ▶ **CDH: Guaranis-caiúas**
9h Audiência pública na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa para debater a situação dos índios guaranis-caiúas de Mato Grosso do Sul. Participa da audiência a presidente da Fundação Nacional do Índio, Marta Maria do Amaral Azevedo.

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

TV SENADO

A TV Senado transmite a partir das **14h**, segundo prioridade estabelecida pelo Regimento Interno e pelo Ato 21/09 da Comissão Diretora, a **sessão plenária**. As reuniões realizadas pelas comissões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet (www.senado.leg.br/tv) e, em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.

Vanessa Grazziotin afirma ter saído fortalecida da eleição

Waldemir Barreto/Agência Senado



Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) comentou ontem o resultado da disputa pela Prefeitura de Manaus, em que obteve 34,05% dos votos válidos no segundo turno. Ela agradeceu o carinho dos eleitores e os mais de 300 mil votos, disse que saiu fortalecida e afirmou que continuará a fazer tudo que estiver ao alcance para melhorar a vida do povo. Arthur Virgílio (PSDB) venceu o segundo turno com 65,95% dos votos válidos.

Flexa agradece aos eleitores do Pará pela confiança no PSDB

Waldemir Barreto/Agência Senado



Flexa Ribeiro (PSDB-PA) agradeceu aos eleitores do Pará pela confiança no PSDB e nos candidatos apoiados pela legenda nas eleições municipais. O senador destacou que 74% dos 144 municípios do estado elegeram prefeitos de partidos da base de apoio do atual governador, Simão Jatene, do PSDB. Passada a eleição, alertou o senador, há a responsabilidade dos prefeitos eleitos de montar as equipes de governo.

Acir Gurgacz exalta Ficha Limpa e conquistas do PDT

Waldemir Barreto/Agência Senado



Acir Gurgacz (PDT-RO) destacou os bons resultados do PDT nas municipais em Rondônia.

— Nosso partido participou de 23 coligações vitoriosas em cidades que concentram 72% da população do estado — disse.

Gurgacz disse que a primeira eleição com a Lei da Ficha Limpa trouxe resultados positivos para a democracia, afastando práticas antigas e aumentando a consciência do eleitor.



Taques (de gravata vermelha) critica a prorrogação apoiada por Paulo Teixeira, Vital do Rêgo e Odair Cunha (sentados)

Extensão da CPI por 48 dias deve ser confirmada hoje

Parlamentares que defendem prorrogação dos trabalhos por seis meses falam em “pizza” e “rolo compressor” do governo para encerrar investigações sobre relações criminosas de Carlinhos Cachoeira

A COMISSÃO PARLAMENTAR de inquérito (CPI) que investiga as relações criminosas de Carlinhos Cachoeira e terminaria dia 4 deve ser prorrogada por 48 dias, chegando até 22 de dezembro, quando termina o ano legislativo de 2012. O número mínimo de assinaturas para a prorrogação foi obtido pelos parlamentares da base governista e ontem o pedido foi apresentado à Mesa do Congresso. Falta apenas leitura em Plenário, prevista para hoje.

A decisão revoltou parlamentares que defendem prorrogação de 180 dias. Para Randolfe Rodrigues (PSOL-AP), foi o “molho da pizza”. Alvaro Dias (PSDB-PR) disse que se perdeu a chance de recuperar a credibilidade do Congresso.

— Não temos mais esperança. O governo passou o rolo para valer, tem maioria esmagadora, e a prorrogação de 48 dias significa o fim da CPI. Isso confirma que o

propósito desta CPI foi atacar o PSDB e não investigar este monumental escândalo de corrupção — afirmou Alvaro.

Pedro Taques (PDT-MT) afirmou que a CPI está “jogando o lixo para baixo do tapete”. Ele defende novas quebras de sigilos de dezenas de empresas que teriam recebido recursos públicos supostamente desviados pela empreiteira Delta.

Sérgio Cabral

Uma possível convocação do governador do Rio de Janeiro, Sérgio Cabral (PMDB), gerou discussão entre os deputados Leonardo Picciani (PMDB-RJ) e Rubens Bueno (PPS-PR).

— Estamos há 60 dias sem tomar nenhuma atitude. O principal suspeito desta CPI é o Cabral. O que ele tem a esconder? — indagou Bueno.

Picciani chamou Bueno de leviano e disse que Cabral não foi convocado porque não foi citado nas gravações.

— A relação dele com o dono da Delta era no plano pessoal, e o governador jamais a escondeu — disse o deputado.

O relator, Odair Cunha (PT-MG), rebateu as críticas sobre o “enterro” da CPI dizendo que isso existiria se o relatório não fosse finalizado.

— Estamos fazendo uma investigação aprofundada no prazo que o Congresso nos deu. Essa prorrogação de 48 dias é necessária para uma discussão transparente de todos os pontos do relatório.

Para o deputado, a CPI desmontou uma organização infiltrada no aparelho estatal.

— Nosso relatório vai produzir novas frentes, que poderão resultar na criação de novas CPIs. Todas as movimentações suspeitas da Delta constarão no relatório — argumentou.

A pedido do relator, os 533 requerimentos da pauta não foram avaliados, e a CPI volta a se reunir na próxima semana.

Collor reafirma que procuradores deram dados sigilosos à Veja

Fernando Collor (PTB-AL) voltou a acusar jornalista da revista *Veja* de terem ligações com o grupo de Carlinhos Cachoeira. O senador também disse que está comprovado que membros do Ministério Público Federal vazaram informações sigilosas das Operações Vegas e Monte Carlo para a publicação. Para ele, será “fora de propósito” se profissionais da revista não forem convocados para depor na CPI.



Viana comemora resultado da eleição em Rio Branco

Jorge Viana (PT-AC) comemorou a eleição de Marcus Alexandre, do PT, para a Prefeitura de Rio Branco. Com 90.557 votos (50,77% dos válidos), Marcus Alexandre enfrentou uma disputa acirrada com o candidato do PSDB, Tião Bocalom, que conseguiu 87.817 votos (49,23%). Segundo o senador, Marcus Alexandre venceu sem comício ou carreta, apenas caminhando e conversando com os eleitores.



Petecão diz que sua casa foi alvo de tiros durante campanha

Sérgio Petecão (PSD-AC) contou em Plenário que a casa dele foi alvo de tiros durante a campanha no Acre e atacou duramente a atuação da Polícia Civil na investigação. Segundo Petecão, o secretário da Polícia Civil do estado afirmou que o senador teria planejado um “factoide” para tirar proveito político.

Petecão reagiu a discurso de Jorge Viana (PT-AC), que declarara que as eleições no Acre foram tranquilas.



Senadores cobram de Couto que nomeie os “ladrões” do Congresso

Waldemir Barreto/Agência Senado



O discurso feito terça-feira por Mário Couto (PSDB-PA) pedindo ao Supremo Tribunal Federal que investigue integrantes do Congresso voltou a ser debatido ontem. Pedro Taques (PDT-MT, foto) Ana Amélia (PP-RS) e Eduardo

Suplicy (PT-SP) cobraram de Couto que dê os nomes dos “ladrões” que disse existir no Senado e na Câmara dos Deputados e que não faça afirmações generalizadas.

— Quem é ladrão tem de ser chamado de ladrão. Eu não sou ladrão e fiquei preocupado com essa generalização — disse Taques.

Senador chama de corrupto dirigente de futebol do Pará

Mário Couto (PSDB-PA) acusou o presidente da Federação Paraense de Futebol, Antonio Carlos Nunes de Lima, de corrupto, irresponsável, incompetente e autoritário no comando da organização que dirige há mais de dez anos.

— Por que o futebol do Pará está falido? A desgraça é essa federação — disse o senador.

Couto disse que Lima é militar reformado da polícia do Pará e é mais conhecido como coronel Nunes. Ele disse que a federação não é transparente e prometeu mostrar documentos para comprovar as acusações.



Randolfe celebra crescimento do PSOL

Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) comemorou o crescimento do partido nas eleições municipais. Ele destacou a eleição do primeiro prefeito de capital do PSOL, Clécio Luís, em Macapá, a eleição de Gelsimar Gonzaga em Itaocara (RJ) e a ampliação em 96% da bancada de vereadores



José Cruz/Agência Senado

em todo o país. O senador acrescentou que o PSOL passará a ter representantes nas câmaras de 11 capitais: Porto Alegre, Florianópolis, São Paulo, Rio de Janeiro, Salvador, Belém, Maceió, Fortaleza, Goiânia, Natal e Macapá, além de dezenas de vereadores em outros municípios.

Magno aponta problemas em urnas

Magno Malta (PR-ES) disse que é preciso investigar problemas ocorridos com urnas eleitorais em Vila Velha (ES). Segundo ele, eleitores que digitaram o número 22, do candidato Neucimar Fraga (PP), afirmaram que a urna mostrou a foto de Rodney Miranda (DEM), vitorioso no

segundo turno. O senador afirmou também que hackers que tiraram do ar o site capixaba *Século Diário* na madrugada do dia 27, para impedir a divulgação de pesquisa eleitoral que apontava empate técnico entre os candidatos a prefeito de Vila Velha.



Waldemir Barreto/Agência Senado

Lia de Paula/Agência Senado



Carlos Rittl (WWF), Alaor Dall'Antonia (Inmet), deputado Márcio Macêdo e Adriano Oliveira (Ministério do Meio Ambiente)

Mudança no clima traz risco à agricultura, aponta debate

Ouvidos em audiência pública no Senado, especialistas comentaram estudos que relacionam a ação humana às transformações climáticas. Representante do WWF disse que a geografia agrícola do país pode mudar

A GEOGRAFIA AGRÍCOLA do país corre risco de mudar em função das transformações do clima. O alerta foi feito ontem, no Senado, pelo coordenador de mudanças climáticas e energia do WWF-Brasil, Carlos Eduardo Rittl.

Em audiência pública da Comissão Mista sobre Mudanças Climáticas (CMMC), o representante da organização não governamental assegurou que os eventos extremos confirmam modelos matemáticos sobre a influência do ser humano no clima. E acentuou a vulnerabilidade do Brasil neste aspecto.

A análise sobre os eventuais impactos das mudanças climáticas sobre o setor agrícola brasileiro foi feita a partir de questionamento do senador Sérgio Souza (PMDB-PR), relator da comissão.

O coordenador-geral de agrometeorologia do Instituto Nacional de Meteorologia (Inmet), Alaor Moacyr Dall'Antonia Junior, apresentou dados pelos quais se entende a relação entre a concentração de gases do efeito estufa e a elevação da temperatura. Segundo ele, o Brasil precisa conhecer melhor as áreas de risco e reforçar a segurança diante dos desastres.

Dall'Antonia manifestou esperança em maior liberação de recursos para o aumento de produtividade e estímulo de práticas alternativas de agricultura.

O coordenador de Monitoramento de Emissões de Gases do Efeito Estufa do Ministério do Meio Ambiente, Adriano Santhiago de Oliveira, saudou a redução no desmatamento no Brasil, mas

disse ser "obrigação histórica" dos países desenvolvidos financiar esse trabalho. Ele se mostrou otimista com o aumento de produtividade na agropecuária.

O representante do WWF-Brasil sublinhou a oportunidade de revisão do Plano Nacional de Mudanças Climáticas, prevista para 2013. Segundo ele, os atuais planos setoriais — de Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia, de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento e das Queimadas no Cerrado, e de Agricultura de Baixa Emissão de Carbono (Plano ABC) — são semelhantes a uma colcha de retalhos.

— Poderemos olhar dentro de cada plano o que é necessário fazer para compará-los, somar seus esforços e identificar lacunas — disse.

Casildo elogia prevenção a desastres nos Estados Unidos

Waldeir Barreto/Agência Senado



Casildo Maldaner (PMDB-SC) usou ontem o exemplo do furacão Sandy, que atingiu a costa leste dos Estados Unidos nos últimos dias, para apontar os problemas na prevenção a desastres naturais no Brasil.

Para o senador, os danos nos Estados Unidos teriam sido muito maiores se não houvesse uma competente política de prevenção.

— Já viu se isso ocorre aqui, no Brasil, com envergadura do tamanho do furacão Sandy, nos Estados Unidos, conosco aqui? — questionou.

Casildo lembrou que, no Brasil, a incidência de furacões é baixa, mas catástrofes como enchentes, enxurradas e deslizamentos são comuns.

Projeto de Paulo Davim visa preservar Caatinga

Waldeir Barreto/Agência Senado



Paulo Davim (PV-RN) anunciou ontem a apresentação de projeto que estabelece princípios de uma política de desenvolvimento sustentável da Caatinga. Ele disse que o bioma é o único exclusivamente brasileiro e cobre 10% do território nacional, nos estados do Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Bahia, Sergipe, Alagoas, Minas Gerais e Maranhão.

— Temos a convicção de que esta política estabelecerá as bases para a preservação e o uso sustentável deste importante e ameaçado bioma brasileiro — disse, lembrando que restam apenas 52% da cobertura original da Caatinga.

Cassol critica gestão em Rondônia

Ivo Cassol (PP-RO) criticou a gestão do governador de Rondônia, Confúcio Moura, a quem acusou de endividar o estado e de não agir de forma imediata para coibir irregularidades. Cassol disse que Rondônia tem dívida pública de R\$ 1,2 bilhão e não consegue administrar seu orçamento para investir nos serviços à população. A conta de energia elétrica do governo não estaria sendo paga, assim



Waldeir Barreto/Agência Senado

como o aluguel das viaturas para segurança pública. O governo também não conseguiu dar os reajustes salariais prometidos aos servidores do estado, declarou o senador. Cassol apresentou denúncia ao Ministério Público estadual e ao Ministério Público Federal de desvio de R\$ 5,6 milhões dos cofres públicos na compra de material ortopédico pela Secretaria de Saúde de Rondônia.

Analistas veem com cautela sistema pré-pago de energia

A ausência de regulamentação metrológica de medidores de pré-pagamento pelo Inmetro foi apontada ontem, em debate no Senado, como um dos desafios à implantação dessa modalidade de cobrança para o consumo de energia elétrica.

O sistema, semelhante ao existente na telefonia, está previsto em projeto de lei (PLS 365/09) do senador Gim Argello (PTB-DF). A proposta também prevê a gratuidade dos primeiros 30 kWh consumidos em residências.

Para ele, o sistema permitirá ao consumidor planejar os gastos, enquanto a gratuidade estimula as famílias carentes a sair da clandestinidade.

De modo geral, os participantes da audiência pública realizada pelas Comissões de Assuntos Econômicos (CAE) e de Serviços de Infraestrutura (CI) apoiaram a inovação.

No entanto, Celso Soares, da Secretaria Nacional do Consumidor, do Ministério da Justiça, recomendou cautela na implantação. Ele teme que o modelo deteriore o conceito de essencialidade da energia. No pós-pagamento, lembrou, há um intervalo entre a inadimplência e o corte. No sistema pré-pago, a finalização do crédito interrompe o fornecimento.

Álvaro Dias Júnior, vice-presidente corporativo da Landis+Gyr da América do Sul, fabricante de medidor pré-pago, acrescentou que o saldo não consumido no mês será acumulado para o mês seguinte.

O superintendente de regulação da comercialização da eletricidade da Aneel, Marcos Bragatto, citou uma experiência pioneira no país: o Cashpower, implantado pela Eletropaulo em 1995.



Para Gim (3º à esq.), nova modalidade de cobrança beneficia famílias carentes

Ministro falará sobre apagões à Comissão de Infraestrutura

A Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI) marcou para dia 20 audiência pública sobre as atuais condições do Sistema Elétrico Brasileiro, tendo em vista os recorrentes problemas de falha no fornecimento de energia, com a ocorrência de apagões em diversas regiões.

Ontem foi aprovado requerimento de Aécio Neves (PSDB-MG) que convida para esclarecimentos o ministro de Minas e Energia, Edison Lobão, e o diretor-geral do Operador Nacional do Sistema Elétrico, Hermes Chipp.

— Queremos uma discussão profunda, ampla, clara e

transparente para que o Brasil não fique mais uma vez sob a incerteza — disse Aécio.

Também foi aprovada audiência para debater a falta de combustíveis no Amapá. A recente crise de desabastecimento de gasolina no estado durou quase duas semanas. Por requerimento de João Capiberibe (PSB-AP), serão convidados a presidente da Petrobras, Maria das Graças Foster; o ministro-chefe da Secretaria dos Portos, José Leônidas Cristino; e o presidente do Sindicato Nacional das Empresas Distribuidoras de Combustíveis e de Lubrificantes, Alísio Vaz.

Braga comemora "vitória de Manaus"

Eduardo Braga (PMDB-AM) comemorou em pronunciamento na terça-feira decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) sobre a Zona Franca de Manaus. Ele informou que o ministro Celso de Melo decidiu favoravelmente ao Amazonas em ação direta de inconstitucionalidade (ADI 4.635) proposta contra benefícios fiscais praticados pelo estado de São Paulo.

A medida atinge uma lei paulista de 1989, que envolve a produção de bens de informática, e terá validade até que o plenário do STF se manifeste.

— É mais uma vitória do trabalhador de Manaus contra seus inimigos, que lutam com todas as armas para esvaziar a Zona Franca — disse o senador, lembrando que a região permite a convivência harmônica entre homem e floresta.



Waldeir Barreto/Agência Senado

Concessionárias de rodovias poderão ter de construir espaços para caminhoneiros

Novos concessionários de rodovias federais poderão ser obrigados a construir e manter pontos de apoio para motoristas de caminhão e ônibus. A previsão está em projeto de lei da Câmara aprovado ontem na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ).

Pelo texto (PLC 48/12), as instalações deverão estar lo-

calizadas às margens da pista, próximas de postos de combustíveis e com, no máximo, 150 quilômetros de distância entre elas.

Cada ponto deverá ter área de descanso, banheiros, lanchonete ou restaurante e oficina. O projeto segue à Comissão de Infraestrutura (CI), onde receberá decisão final.



Márcia Kolumbe/Agência Senado

Fontana relatou MP na comissão presidida pelo senador Clésio Andrade

Segue para a Câmara MP que define atribuições da estatal do transporte

Vai ao Plenário da Câmara a medida provisória (MP) que muda a denominação da Empresa de Transporte Ferroviário de Alta Velocidade (Etav) para Empresa de Planejamento e Logística (EPL) e define as atribuições dela.

A comissão mista do Congresso encarregada para examinar a MP 576/12 aprovou ontem, por unanimidade, o relatório do deputado Hen-

rique Fontana (PT-RS), com poucas mudanças no texto encaminhado pela Presidência da República.

O deputado destacou que o Brasil vai ter, a partir de agora, uma empresa pública para pensar, de forma sistêmica, toda a infraestrutura de transportes do país. Depois de passar pela Câmara, a medida provisória será analisada pelo Senado.

Ana Amélia: EPL deve ligar-se ao Ministério do Planejamento

Ana Amélia (PP-RS) defendeu ontem a ideia de que a EPL seja subordinada ao Ministério do Planejamento,

e não ao dos Transportes, conforme consta da MP.

Para ela, a estatal precisa trabalhar no diagnóstico, na promoção e na integração dos planejamentos federal, estaduais e municipais nos setores de logística e de transporte.

— Há todo um arcabouço de identidade — disse em Plenário a senadora, que integrou a comissão mista encarregada de analisar a medida.

Cyro Miranda critica baixa execução do Orçamento no setor

A execução orçamentária no setor de transportes é lenta, na opinião de Cyro Miranda (PSDB-GO).

Segundo o senador, muitas das obras sob a responsabilidade do Ministério dos Transportes apresentam irregularidades, constatadas pelo Tribunal de Contas da União e pelo Ministério Público.

Cyro afirmou que, dos investimentos previstos para 2012, apenas 26% foram executados até outubro, no caso das ferrovias, e 48,3%, no das rodovias federais.

João Costa presidirá Subcomissão sobre a Aviação Civil

João Costa (PPL-TO) foi eleito ontem, por unanimidade, o novo presidente da Subcomissão Temporária sobre a Aviação Civil.

Ele substituiu Vicentinho Alves (PR-TO), licenciado para assumir a Secretaria Extraordinária para Assun-



Lito de Paula/Agência Senado

tos Legislativos do Tocantins junto ao Congresso. O vice-presidente, Flexa Ribeiro (PSDB-PA), disse que Costa dará continuidade ao trabalho de Vicentinho.

Comissão de Assuntos Sociais aprova, terminativamente, proposta privilegiando alocação de recursos do BNDES em áreas com menor IDH e estimulando o desenvolvimento dos arranjos produtivos locais

Investimento em município carente pode ser prioridade

OS ARRANJOS PRODUTIVOS locais (APLs) — conjuntos de empresas de uma mesma cadeia produtiva que atuam de forma articulada — em municípios mais carentes poderão ter prioridade em financiamentos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) com recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT). É o que determina projeto de Renan Calheiros (PMDB-AL) aprovado em decisão terminativa, pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS).

O PLS 142/08 determina que os programas de desenvolvimento econômico do BNDES aloquem recursos

segundo critérios baseados no Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) das localidades beneficiadas e estimulem os APLs — como calçados em Franca (SP), cerâmica em Palmas, rochas ornamentais em Cachoeiro de Itapemirim (ES) e fruticultura em Juazeiro (BA) e Petrolina (PE). Esses programas são provenientes da arrecadação do PIS e do Pasep, que compõem o FAT.

A proposta, que altera a Lei do FAT (Lei 8.019/90), já havia sido aprovada pela Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR) na forma de substitutivo de Lídice da Mata (PSB-BA).

O relator na CAS, Romero

Jucá (PMDB-RR), acolheu o parecer da CDR e ressaltou que o projeto, ao estabelecer critérios para implementação de programas de desenvolvimento, visa tornar mais igualitária a aplicação dos recursos do BNDES. Como exemplo, o senador informou que, em 2011, o banco investiu cerca de R\$ 139 bilhões, dos quais 14% foram destinados ao Nordeste, 8% para o Norte, 8% para o Centro-Oeste, 49% para o Sudeste e 21% para o Sul.

— O projeto visa minimizar esse quadro de disparidade na aplicação desses recursos administrados pelo BNDES — disse João Durval (PDT-BA), ao ler o relatório de Jucá.



Márcia Kolumbe/Agência Senado

Capiberibe (3º à esq.) coordena debate sobre a política nacional de biogás: geração e uso de energia em pequena escala

Senadores pedem avanço do biogás no país

Senadores e especialistas defenderam que grandes e pequenas cidades invistam no biogás, biocombustível produzido a partir da decomposição de lixo, esgoto, esterco e outros tipos de matéria orgânica.

O tema foi abordado ontem numa audiência realizada pela Comissão de Ciência e Tecnologia (CCT) sobre a política nacional de biogás.

João Capiberibe (PSB-AP) disse que uma das vantagens do biogás é poder ser gerado e usado em pequena escala:

— Até hoje temos um per-

centual elevado de brasileiros que não chegaram a usufruir da energia elétrica. Com uma política voltada para essas áreas, podemos levar esse benefício da vida moderna a custo baixo.

Tomás Correia (PMDB-RO) citou exemplos de biodigestores existentes em pequenas propriedades rurais, onde o gás gerado do esterco é usado na iluminação doméstica ou como gás de cozinha.

Thais de Oliveira, da Secretaria de Recursos Hídricos e Ambiente Urbano do Ministério do Meio Ambiente, destacou a

produção de biogás em grande escala, como ocorre nos aterros criados a partir de lixões. Segundo ela, 51% do lixo das cidades é orgânico.

Roberto Meira Júnior, do Ministério de Minas e Energia, ressaltou que o aproveitamento dos lixões ainda esbarra no elevado custo de geração, em torno de R\$ 300 por megawatt/hora. Capiberibe relativizou esse dado. Segundo ele, a única opção energética em localidades isoladas é o diesel, que chega a custar R\$ 500 por megawatt/hora.

Suplicy elogia Programa Busca Ativa, do governo federal

O Programa Busca Ativa, do governo federal, que incentiva estados e municípios a buscarem famílias pobres para se inscreverem e receberem os recursos do Programa Bolsa Família, foi elogiado por Eduardo Suplicy (PT-SP).

O senador disse que, em dezembro de 2010, havia pouco mais de 17 milhões de famílias com renda mensal per capita de até R\$ 140 — o que dá direito a ter acesso ao Bolsa Família. Dessas, no entanto, menos de 13 milhões eram beneficiárias do programa.



Waldemir Barreto/Agência Senado

Pinheiro: pagamentos pelo celular promovem inclusão

O governo federal enviará ao Congresso, ainda em 2012, proposta de regulamentação para realização de operações bancárias por meio da telefonia móvel, anunciou Walter Pinheiro (PT-BA), autor de projeto sobre o assunto (PLS 635/11). O senador disse que o celular é usado por brasileiros de todas as classes sociais, e que seu uso para serviços como pagamento de contas, transferências, crédito e débito seria uma "ferramenta de inclusão social, tecnológica e bancária".



Waldemir Barreto/Agência Senado

Deve entrar na pauta do Plenário na próxima semana a proposta, aprovada ontem na CCJ, que agiliza o desconto, na pena fixada pela Justiça, do tempo que o condenado passou em prisão provisória

Avança projeto que ajuda a aliviar inchaço de presídios

A COMISSÃO DE Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovou ontem um projeto que desconta com agilidade, da pena de prisão fixada pela Justiça, o tempo em que o condenado ficou preso provisoriamente (PLC 93/12). O texto deve entrar na pauta do Plenário da próxima semana.

Segundo o relator, Romero Jucá (PMDB-RR), 40% dos presos encontram-se à disposição da Justiça sem culpa formada. Ele observou que compete ao juiz da execução penal — encarregado de definir o cumprimento da sentença — analisar a possibilidade de progressão de regime (de fechado para semiaberto ou aberto) com base no tempo em que o condenado ficou preso provisoriamente.

A mudança permite que esse ajuste seja feito pelo próprio juiz que condenou o acusado.

— O juiz sentenciante tem na maioria das vezes todos os dados necessários à apreciação



Romero Jucá é relator do projeto que modifica o Código de Processo Penal

dessa pretensão — afirma Jucá. Na exposição de motivos que acompanhou o projeto, o Ministério da Justiça argumenta que o quadro atual vem gerando sofrimento desnecessário e injusto ao preso, obrigado a cumprir pena de prisão além do prazo fixado pela Justiça.

O encarceramento irregular

provoca, conforme o ministério, uma avalanche de recursos aos tribunais superiores solicitando o desconto do tempo de prisão provisória. Além disso, causa gastos extras.

Se o Plenário não fizer mudanças, o projeto irá diretamente para a sanção presidencial, sem voltar para a Câmara.

Comissão aprova regra de parceria privada em prisões

A Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI) aprovou o projeto que regula o uso de parcerias público-privadas (PPPs) na construção e na administração de presídios.

O PLS 513/11, do senador licenciado Vicentinho Alves (PR-TO), permite a participação de empresas com capital estrangeiro nos contratos. A direção do estabelecimento penal deverá ser ocupada por servidor público.

A concessão administrativa, que deverá ser precedida de licitação, abre possibilidade para subcontratação de serviços e uso do trabalho dos presos para fins de remição de pena.

Segundo a proposta, o concessionário disponibilizará aos presos assistência jurídica, acompanhamento médico, programas de ensino e capacitação profissional, esporte e lazer, corpo técnico para a elaboração e execução dos



Lúcia Vânia preside reunião em que a CI aprovou projeto sobre PPPs

programas de individualização de pena e atividades laborais. A matéria vai para a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

Mozarildo quer celeridade em julgamento

Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) comemorou a inclusão, na pauta do STF, de recursos envolvendo a demarcação da terra indígena Raposa Serra do Sol, mas lamentou a demora no julgamento dos chamados embargos de declaração. O senador é um dos autores das seis petições que visam esclarecer pendências após a demarcação de 2009. Mozarildo apresenta 11 questionamentos. Ele lembrou que, ao demarcar, o governo descumpriu a Constituição, que determinava que o processo deveria ser concluído até cinco anos após a promulgação.



Waldemir Barreto/Agência Senado

Ângela: 20 anos de terras ianomâmi

A passagem dos 20 anos de homologação do território indígena ianomâmi foi lembrada por Ângela Portela (PT-RR).

Para comemorar a data, informou a senadora, foi realizada a 7ª Assembleia-Geral da Hutukara Associação Ianomâmi, na aldeia Wathoriki, de 15 a 20 de outubro, onde 700 indígenas se reuniram com representantes do governo para discutir problemas enfrentados pelas 228 comunidades. Eles pediram mais medicamentos e equipes de saúde, escolas com estrutura e combate ao garimpo ilegal nas reservas indígenas.



Waldemir Barreto/Agência Senado

Cidinho Santos alerta para conflito em Suiá-Missu

Cidinho Santos (PR-MT) fez um apelo para que o governo federal intervenha no conflito da gleba Suiá-Missu, em Mato Grosso, onde há 17 anos indígenas e posseiros disputam a reserva Maraiwatsede.

Segundo ele, 6 mil pessoas vivem na região há 30 anos, antes da criação da reserva, no governo Fernando Henrique. O senador disse que os agricultores correm o risco de serem despejados caso uma liminar judicial seja derrubada.

— A bancada de Mato Grosso já alertou por várias vezes o governo federal. As pessoas estão dispostas a matar ou morrer — disse.



Waldemir Barreto/Agência Senado

Suplicy pede informações sobre guaranis-caiuás

Eduardo Suplicy (PT-SP) comunicou que encaminhou pedidos de informações sobre as providências tomadas para demarcação de áreas indígenas no país — e especialmente sobre o caso da nação Guarani-Caiuá — ao ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, e ao desembargador Newton De Lucca, do Tribunal Regional Federal da 3ª Região, com sede em São Paulo, e responsável ainda por Mato Grosso do Sul.

O senador também parabenizou o prefeito eleito de São Paulo, Fernando Haddad, e os demais petistas eleitos no estado, e elogiou Haddad por ter incluído em seu programa de governo a renda básica de cidadania. “Estamos disponíveis para colaborar com a prefeitura”, disse Suplicy.

Humberto cita prisão de assassino em PE



Humberto Costa (PT-PE) prestou solidariedade à família de Maristela Just, assassinada pelo ex-marido, o comerciante José Ramos Neto, que foi preso ontem, em Recife. Foragido desde 2010, o assassino foi condenado a 79 anos de prisão pelo crime, cometido há 23 anos.

— Foi uma tragédia familiar que chocou todos os pernambucanos. Não podemos aceitar que um crime brutal como esse demore tanto tempo para ser punido — afirmou.

Cassol propõe plebiscito sobre maioria

Ivo Cassol (PP-RO) anunciou a apresentação do Projeto de Decreto Legislativo (PDS) 539/12, que convoca plebiscito sobre a redução da maioria penal de 18 para 16 anos. A data sugerida é a do primeiro turno das eleições de 2014 e a pergunta seria: “Você é a favor ou

contra a alteração da maioria penal de 18 para 16 anos?”

— Manter em 18 anos é ignorar o desenvolvimento mental dos nossos jovens. A redução da maioria não resolveria nossos problemas de segurança pública, entretanto seria uma boa contribuição — disse.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney
Primeiro-vice-presidente: Anibal Diniz
Segundo-vice-presidente: Waldemir Moka
Primeiro-secretário: Cícero Lucena
Segundo-secretário: João Ribeiro
Terceiro-secretário: João Vicente Claudino
Quarto-secretário: Ciro Nogueira
Suplentes de secretário:
 Casildo Maldaner, João Durval, Maria do Carmo Alves e Vanessa Grazziotin

Diretora-geral: Doris Peixoto
Secretária-geral da Mesa: Claudia Lyra

SECRETARIA ESPECIAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor: Fernando Cesar Mesquita
Diretor de Jornalismo: Davi Emerich

AGÊNCIA SENADO

Diretor: Mikhail Lopes (61) 3303-3327
Chefia de Reportagem: Teresa Cardoso e Milena Galdino
Edição: Ester Monteiro, Nelson Oliveira e Rodrigo Chia
Site: www.senado.leg.br/noticias

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Eduardo Leão (61) 3303-3333
Editor-chefe: Flávio Faria
Editores: Juliana Steck, Marcio Maturana, Ricardo Westin e Silvio Burtle
Diagramação: Iracema F. da Silva e Ronaldo Alves
Revisão: André Falcão, Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo, Pedro Pincer e Tatiana Beltrão
Coordenação de fotografia: Paula Cinquetti
Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino
Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez
Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333

Sarney diz que FPE e royalties são as prioridades do Congresso até o fim do ano

O presidente do Senado, José Sarney, afirmou que a definição de um novo modelo de partilha dos royalties do petróleo e a votação de lei que altera as regras do Fundo de Participação dos Estados (FPE) são as prioridades do Legislativo até o fim do ano.

Senadores e deputados precisam preencher uma lacuna jurídica do FPE, uma vez que

os critérios atuais valem até 31 de dezembro — em 2010, o Supremo Tribunal Federal (STF) declarou inconstitucional a forma como os recursos federais do FPE vinham sendo distribuídos entre os estados.

Para Sarney, a votação de ambas as propostas vai depender principalmente da Câmara dos Deputados.

Arrecadação adicional pode chegar a R\$ 23,85 bi em 2013

A Comissão Mista de Orçamento (CMO) aprovou ontem o relatório de receitas do projeto de Lei Orçamentária para 2013, do deputado Cláudio Puty (PT-PA), que estima uma arrecadação adicional de R\$ 23,85 bilhões. As receitas primárias foram reestimadas em R\$ 1,25 trilhão.

Para Puty, a receita primária do projeto está abaixo do que pode ser arrecadado e deve levar em conta o crescimento da economia, o aumento da lucratividade das empresas, os esforços de cobrança do Executivo, as receitas do INSS e as provenientes dos royalties de petróleo.

O relator cita ainda como fonte adicional as compensações financeiras cobradas sobre a exploração de recursos

minerais, as concessões de terminais aeroportuários, o ingresso de dividendos e a contribuição administrada pela Receita Federal a partir de 2012.

O relatório foi criticado por parlamentares da oposição, que apontaram uma perspectiva muito favorável por parte de Puty ao apostar em maior crescimento do PIB em 2013.

O relator afirmou, no entanto, que a previsão de crescimento de 4,5%, mantida no relatório de receitas, não é “ambiciosa”.

— A base sobre a qual crescemos é baixa, menor que 2% esse ano. Já tivemos crescimento zero em um ano e crescemos 7% no seguinte. Não é difícil crescermos 4,5% no ano que vem — afirmou.

Eletrobras terá empréstimo para hidrelétricas em SC

O Plenário aprovou ontem projeto que autoriza a União a conceder garantias para que a Eletrobras faça empréstimo no banco alemão de fomento KfW de até 45 milhões de euros. Os recursos financiarão o projeto São Bernardo, que prevê a construção de pequenas hidrelétricas em Santa Catarina.

Também foram aprovados outros projetos relativos a empréstimos estrangeiros com garantias da União. Todos vão para promulgação.

Tocantins poderá obter US\$ 143 milhões do Banco Bilbao Vizcaya Argentaria (BBVA) para obras rodoviárias.

Minas Gerais foi autorizado a fazer empréstimo de US\$ 1,3 bilhão do Credit Suisse para pagamento de dívidas do governo com a Cemig e de US\$ 450 milhões do Banco Mundial para o Programa de Parceria para o Desenvolvimento de Minas Gerais.

O Rio de Janeiro poderá obter US\$ 120 milhões da Corporação Andina de Fomento (CAF), destinados à reforma do estádio do Maracanã.

Debates da OMC acompanhados por delegações

As negociações na Organização Mundial do Comércio (OMC), que hoje reúnem apenas integrantes dos governos dos países-membros, podem passar a ser acompanhadas também por delegações parlamentares. A proposta foi apresentada pelo deputado francês Jean-Pierre Audy em encontro, no Senado brasileiro, de integrantes do Parlamento Europeu e da Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul (Parlasul).

— É preciso criar uma dimensão parlamentar na OMC — sugeriu Audy, apoiado pelo deputado brasileiro Dr. Rosinha.

O deputado italiano Gianluca Susta lembrou que a União Europeia incluiu as questões de direitos humanos e sociais como premissa para o acordo nas negociações comerciais com a Coreia, a Colômbia e o Peru.

Proposta, que agora volta para a Câmara, estabelece até dois anos de prisão para quem violar e-mail ou invadir computador para obter informações sigilosas; texto inclui fraudes bancárias pela internet



Senadores debatem na sessão do Plenário em que aprovaram projeto que inclui crimes cibernéticos no Código Penal

Senado aprova projeto que define crimes cibernéticos

INVADIR COMPUTADORES, VIOLAR dados pessoais de internautas e derrubar sites estão mais perto de se tornarem condutas criminosas, passíveis de prisão.

O Senado aprovou ontem um projeto de lei que inclui delitos cibernéticos no Código Penal (PLC 35/12). Como os senadores fizeram mudanças no texto, a proposta agora volta para a análise da Câmara dos Deputados.

De acordo com o projeto, redigido pelo deputado Paulo Teixeira (PT-SP), as condutas mais danosas — como ter acesso a e-mails e informações sigilosas — terão pena de três meses a dois anos de prisão, além de multa.

A pena será a mesma para quem vender ou divulgar gratuitamente esse material.

Para o relator do projeto na Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT), Eduardo Braga (PMDB-AM), a iniciativa é inovadora:

— O projeto tipifica um crime cada vez mais comum na sociedade e que preocupa milhares de brasileiros.

Braga era um dos principais defensores do projeto de lei, sob o argumento de que cada vez mais pessoas usam o meio eletrônico, não apenas para comunicações individuais, como também para transações comerciais e financeiras.

Diante disso, proliferaram os crimes pela internet, como as fraudes financeiras e a obtenção e a divulgação de fotos íntimas. Estima-se que em 2011 as instituições financeiras tiveram prejuízos da ordem de R\$ 2 bilhões com delitos cibernéticos.

Código Penal

O projeto de lei havia sido aprovado pela CCT do Senado em agosto, mas só agora foi votado em Plenário porque não havia consenso.

A falta de consenso no Senado teve mais a ver com a forma do que com o conteúdo.

Os senadores reconheciam a necessidade de se incluírem no Código Penal os crimes cibernéticos, mas alguns deles defendiam que a mudança na lei deveria ser por meio do projeto de modernização do Código Penal, que está em análise no Senado, e não por meio de um projeto de lei separado.

A preocupação dos membros da comissão especial que analisa a proposta do novo Código Penal é que, com a votação de projetos isolados, a proposta de reforma fique esvaziada.

O projeto acabou sendo aprovado ontem pelo Plenário sob o argumento de que é urgente dar aos crimes cibernéticos tratamento distinto das demais mudanças a serem feitas no Código Penal.

A população, segundo os senadores favoráveis ao projeto, não pode mais continuar vulnerável aos ataques cibernéticos por causa de uma lacuna na legislação.

Secretaria faz sugestões sobre questão racial

Para contribuir com o combate aos crimes de motivação racial, a Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (Seppir) apresentou sugestões de alterações ao projeto do novo Código Penal.

O documento foi entregue ontem à Comissão de Direitos Humanos (CDH) durante audiência que debateu a questão. A proposta foi elaborada por grupo de trabalho integrado por advogados e juristas convidados pela Seppir.

Os participantes da audiência elogiaram o projeto de reforma do Código Penal (PLS 236/12) em exame no Senado pela classificação do racismo como crime hediondo, pela admissão de motivação racista como circunstância qualificadora de homicídio, e pela



Renato Ferreira (E), Lúcia Ribeiro de Lima, Paulo Paim e Almiro Soares Filho

inclusão do racismo entre os crimes contra a humanidade.

Mas também apontaram falhas e omissões no texto, o que motivou a apresentação de sete emendas pela Seppir. Foi considerada inconstitucional a aplicação do princípio da insignificância aos crimes de racismo e injúria racial quando a conduta for classificada

como de baixo potencial ofensivo. Outro ponto crítico foi a previsão do crime de racismo como um tipo penal fechado. O documento também considera um retrocesso o enquadramento dos crimes de injúria racial como ação penal exclusivamente privada, já que, atualmente, cabe também ação penal pública.

Vai para Câmara projeto que prevê UTI móvel em estádio

Proposta obriga promotor de competições esportivas a manter uma ambulância equipada com UTI para cada 10 mil pessoas; hoje, Estatuto do Torcedor estabelece presença de ambulância comum

A COMISSÃO DE Assuntos Sociais (CAS) aprovou, em decisão terminativa (sem necessidade de ir para o Plenário), o projeto de lei que obriga os estádios a manter UTIs móveis durante partidas com mais de 10 mil torcedores.

A proposta (PLS 640/11) é de Humberto Costa (PT-PE) e agora vai para a Câmara.

O Estatuto do Torcedor já prevê a obrigatoriedade de que o promotor de evento esportivo disponibilize um médico, dois enfermeiros e uma ambulância para cada 10 mil torcedores. A proposta aprovada ontem prevê que haja pelo menos uma ambulância do tipo UTI móvel.

Segundo Humberto Costa, ambulâncias simples não estão adequadamente equipadas para prestar o atendimento necessário, o que pode resultar em danos irreversíveis ou até em morte. Apenas as UTIs móveis podem garantir o atendimento de urgência necessário, ressaltou.

— Diversos episódios de morte súbita ocorridos em competições esportivas e

veiculados pela mídia demonstram a necessidade de que os atendimentos sejam mais rápidos e eficientes — argumentou.

Balanço

Em discurso, Jayme Campos (DEM-MT) citou a produtividade da CAS, que ontem aprovou vários projetos considerados por ele relevantes. O senador é o presidente da comissão.

Jayme citou algumas das propostas, como a que determina que os programas de desenvolvimento econômico do BNDES aloquem recursos segundo o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)

das localidades beneficiadas; a que autoriza o pagamento de um adicional de 30% por atividade de risco aos vigilantes que atuam em universidades; a que regulamenta a prática da equoterapia no tratamento de pessoas com deficiência; a que atribui aos códigos de deontologia da Medicina, da Odontologia e da Enfermagem a responsabilidade pela regulação da publicidade e referente ao exercício profissional; e a que garante tratamento especial ao adolescente viciado em drogas.

— Nossa comissão tem sido altamente produtiva — afirmou Jayme Campos.



Jayme conduz reunião em que a CAS aprovou projetos em caráter terminativo

Comissão aprova regulamentação da equoterapia

A CAS aprovou, em decisão terminativa, projeto que regulamenta a prática de equoterapia como método terapêutico e educacional, em abordagem interdisciplinar, na busca do desenvolvimento biopsicossocial da pessoa com deficiência.

O texto acatado é substitutivo de Lúcia Vânia (PSDB-GO) ao PLS 264/10, do ex-senador Flávio Arns, e voltará à pauta da CAS para votação em turno suplementar.

Adicional de risco para vigilantes de universidades

Projeto que autoriza o Poder Executivo a instituir adicional por atividade de risco para os vigilantes de instituições federais de ensino superior e de pesquisa científica e tecnológica foi aprovado terminativamente pela CAS.

O substitutivo da relatora, Ana Amélia (PP-RS), a projeto (PLS 179/08) do ex-senador Sérgio Zambiasi, fixa o valor desse adicional em 30% da remuneração básica.

Estado pode ter que assistir menor viciado em drogas

O Estatuto da Criança e do Adolescente poderá ser modificado para obrigar o poder público a prestar assistência médica e psicológica a menores viciados em drogas e a promover campanhas de prevenção e combate ao uso de drogas. É o que prevê substitutivo de Ana Amélia ao PLS 408/11, de Eduardo Amorim (PSC-SE), aprovado ontem na CAS. O texto ainda terá votação em turno suplementar na comissão.

Regulação para publicidade médica e odontológica

A publicidade médica, odontológica e de enfermagem poderá passar a ser regulada pelos respectivos códigos de ética profissional, segundo projeto de Paulo Davim (PV-RN), aprovado na CAS, em decisão terminativa.

O PLS 70/12, explicou o relator, Paulo Paim (PT-RS), também revoga o decreto-lei de 1942 que trata dos limites e vedações à divulgação dos serviços desses profissionais de saúde.



Senadora Ana Rita, deputada Jô Moraes e secretário Sandro Avelar

DF é a 8ª unidade da Federação com mais assassinatos de mulheres

O Distrito Federal é a oitava unidade da Federação onde mais mulheres são assassinadas, e Brasília é a 17ª capital mais violenta do país. Os dados foram apresentados pela senadora Ana Rita (PT-ES) ontem, numa audiência pública da CPI que investiga casos de violência contra a mulher. Do debate, participaram autoridades do Distrito Federal.

Segundo o secretário de Segurança Pública, Sandro Avelar, existem planos para a construção da segunda Delegacia Especializada no Atendimento à Mulher (Deam) do Distrito Federal, na cidade-satélite de Ceilândia. Para que isso ocorra, porém, é necessária a realização de concursos públicos.

— Nosso grande problema para poder instalar uma nova delegacia da mulher é a falta de contingente. Temos o mesmo contingente na Polícia Civil desde 1993 — explicou.

Treinamento

Questionados sobre a existência de programas de capacitação nos órgãos públicos para tratar da violência contra a mulher, os representantes do Ministério Público, da Secretaria da Saúde e da Defensoria Pública afirmaram que desenvolvem ações para sensibilizar seus profissionais no atendimento das vítimas.

O promotor de Justiça Thiago André Pierobom afirmou que o curso de formação para ingressar no Ministério Público do Distrito Federal prevê um módulo que trata da violência contra a mulher. Ele disse que, além de capacitar

os servidores, o órgão divulga a Lei Maria da Penha fora do Ministério Público, por meio de cartilhas e panfletos.

Ele explicou que o Ministério Público tem parceria com instituições e faculdades para submeter os agressores a acompanhamento psicossocial, para impedir que agressões domésticas se repitam.

Aborto

A representante da Secretaria de Saúde, Marília Coelho Cunha, explicou que os profissionais de saúde são capacitados para realizar um atendimento humanizado quando mulheres vítimas de violência recorrem ao aborto.

O diretor-geral da Polícia Civil do Distrito Federal, Jorge Xavier, reconheceu que os policiais ainda não recebem treinamento específico para tratar das questões de violência contra a mulher. Ele propôs um trabalho conjunto com a Secretaria da Mulher para inserir o conteúdo na academia de polícia.

A titular da Secretaria da Mulher do Distrito Federal, Olgamir Amancia Ferreira, destacou algumas campanhas, como a que teve como slogan “Estupro é crime hediondo. Denuncie”.

Num balanço das visitas realizadas pela CPI da Mulher no Distrito Federal, Ana Rita afirmou que a região não está num momento de tranquilidade, mas elogiou a infraestrutura física e o atendimento prestado pela delegacia especializada, a agilidade do Juizado Especial de Ceilândia e a existência da Secretaria da Mulher.

Descentralização de recursos pode fortalecer educação básica

Se os municípios vivessem das próprias receitas, a desigualdade de receita entre eles seria muito próxima à desigualdade de renda da população, afirmou a professora de Ciências Políticas da Universidade de São Paulo (USP) Marta Arretche em audiência na Comissão de Educação (CE), quinta de um ciclo sobre educação e federalismo.

— As transferências federais têm um impacto importante na

redução das desigualdades de receita dos municípios, o que, por sua vez, tem efeito na capacidade de pagar professores

e escolas — afirmou.

Para a consultora da Confederação Nacional dos Municípios (CNM) Mariza Abreu, os

municípios e estados devem ter a responsabilidade pela educação básica, mas com mais recursos e com padrões

de qualidade pactuados.

Ana Amélia (PP-RS) disse que “falta trato e a atenção do governo central com o município”. Já para Cristovam Buarque (PDT-DF), a simples transferência de renda não é suficiente para equalizar a educação nos municípios. Ele defendeu uma “descentralização radical, em que cada escola tem autonomia para se autogerenciar, mas com o salário garantido para os professores”.



Marta Arretche, da USP (E), Cristovam Buarque e Mariza Abreu, da CNM, em audiência na Comissão de Educação